



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos equipamentos e materiais a serem adquiridos, previstos nos Termos de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar os Termos de Referência.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

A gestão de resíduos sólidos urbanos apresenta-se como um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos municípios, em função do grande volume gerado diariamente pela população, dos gastos relacionados a seu gerenciamento e os impactos ao meio ambiente e à saúde da população. Importantes para o ambiente e ainda, por aumentarem a vida útil dos aterros sanitários, as atividades como a coleta e comercialização de resíduos recicláveis estão presentes em praticamente todos os municípios da região de atuação da Codevasf. No entanto, em grande parte dos casos, ainda são realizadas de maneira precária, com baixo nível de estruturação. O fornecimento de equipamentos e materiais para estas cadeias produtivas, é de fundamental importância para o desenvolvimento de atividades voltadas para associativismo e cooperativismo, pois aumentam a produtividade da mão de obra labutante, assim como a eficiência nos processos produtivos e, conseqüentemente, o melhor desempenho da ação laboral e econômica das famílias beneficiadas.

Alinhada às políticas nacionais, a Codevasf vem apoiando o estado e os municípios no âmbito da execução de suas políticas de Resíduos Sólidos. Nesse contexto, a contratação para o fornecimento de equipamentos e materiais para estruturação de usinas de reciclagem insere-se nas ações e planejamentos propostos pela Codevasf para cumprimento dos seus objetivos e diretrizes voltados para a melhoria dos resultados, e até mesmo, do cumprimento da sua missão, por se tratar de uma ação que se coaduna com o desenvolvimento integrado e sustentável e corrobora para a redução das desigualdades regionais. Além disso, contribui para o desenvolvimento local e territorial, um dos principais objetivos da Codevasf.

Uma das formas de apoio adotadas pela Codevasf consiste na estruturação de cadeias produtivas, por meio da aquisição e subsequente doação de equipamentos e materiais diversos para entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, de acordo com a potencialidade e vocação de cada beneficiário, obedecendo-se o trâmite legalmente estabelecido para as doações.

Nesse contexto, a Codevasf planeja fornecer aos catadores organizados em associações ou cooperativas, equipamentos e materiais necessários à produção e conseqüente melhoria na qualidade e aumento da quantidade da produção, auxiliando no desenvolvimento dessa importante atividade.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

Justifica as razões de interesse público, pois é necessária a contratação dos fornecimentos objeto da presente licitação. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária e, por vezes, provoca a migração da população para as cidades. Assim, torna-se necessária a implantação de atividades complementares, principalmente, nessas regiões, para que permita a sobrevivência da população. A contratação dos fornecimentos de equipamentos e materiais de uso em atividades de reciclagem, visa apoiar a estruturação de associações, em diversos municípios na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, área carente de investimentos e que necessita de maior atenção.

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições estruturais e técnicas para o desenvolvimento de atividades de reciclagem na região semiárida, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida dos catadores e suas famílias, faz-se necessária a aplicação de recursos públicos para aquisição dos itens descritos neste edital.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns, pois são bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

A Codevasf tem como um de seus objetivos, promover melhorias no sistema de produção de diversas atividades econômicas, por meio da aquisição de máquinas, implementos, equipamentos, insumos e materiais de modo a impulsionar atividades produtivas, possibilitando a geração de emprego e renda fomentando o desenvolvimento regional. Tomando por base o trabalho frequente de aquisição de materiais para reciclagem pela 6ª SR e em outras superintendências, em anos anteriores, observa-se que as solicitações para esse tipo de item sempre estiveram presentes, seja através de recursos de emendas parlamentares ou alocados diretamente na CODEVASF pela União, e que os quantitativos são variáveis. Ainda com base em demandas anteriores e tendo em vista a necessidade de fortalecimento da cadeia de resíduos recicláveis, vislumbra-se interesse por parte de parlamentares, na aplicação de recursos públicos oriundos de emendas parlamentares na estruturação de usinas de triagem e/ou núcleos de coleta seletiva. Neste caso, ainda há possibilidade de solicitação de mais equipamentos e materiais para atendimento de demandas futuras, até o fim do ano fiscal de 2022. O presente processo atende plenamente aos incisos I e IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, o qual versa sobre as hipóteses para a adoção de um Sistema de Registro de Preços.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

Da forma de fornecimento

Parcelada - Justifica-se pela possibilidade de ampliação da competitividade, uma vez que algumas empresas podem não ter capacidade ou condições de ofertar a integralidade do objeto, mas apenas uma parte dele, razão pela qual a adjudicação conjunta inviabilizaria a participação delas no certame, caracterizando restrição à competição.

Da admissão de Órgão Participante:

Não – Justifica-se pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, de forma a se evitar um atraso prejudicial à administração pública. Justifica-se ainda pelo volume de atividades demandadas no final do exercício, que culminaram em atrasos na formulação dos documentos necessários para compor o certame, adiando a conclusão do processo. Dessa forma, não será permitida a inclusão de Órgão Participante nesse certame.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona):

Sim – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.

Do Modo de Disputa: estipulou-se, no item 4.2 do Termo de Referência, o modo de disputa do tipo aberto com intervalo mínimo de diferença entre os lances de (0,5 %). Considera-se que o intervalo nessa proporção é razoável e permite a plena competição entre os licitantes.

Da Qualificação Técnica: No Termo de Referência, item 10.1, há exigência dentre os participantes, da comprovação de qualificação técnica através de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica com quantitativos mínimos de 30% (trinta por cento) do contingente total para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 13, considerados de maior relevância ou valor significativo, conforme parâmetro estabelecido pelo Art. 67, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Entende-se que essa proporção é razoável, pois não é alta o suficiente para restringir a ampla concorrência entre as empresas fornecedoras, muito menos baixa o suficiente para permitir a participação de empresas com baixa capacidade de fornecimento. Além disso, essa proporção está em consonância com o Acórdão do TCU 2696/2019, o qual esclarece que é irregular a exigência desse tipo de atestado com quantitativo mínimo superior a 50% (cinquenta por cento), exceto se houver justificativa técnica plausível.

Cota de Preferência ME e EPP: Sobre a razão pela qual a 6ª/SR decidiu utilizar somente 10% dos 25% de cota de preferência para micro (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, justifica-se esta ação levando-se em consideração o princípio da economicidade, muito praticado na administração pública. Verificou-se que nos últimos pregões eletrônicos realizados por



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

esta superintendência, os preços ofertados por MEs e EPPs foram maiores do que de outras empresas. Neste caso, poderão ser adquiridos bens em maior número a partir de ofertas de preços de menor valor.

Exclusividade para ME e EPP: Em atendimento ao disposto no Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o qual estabelece que os itens cuja contratação possuam valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) devem ser destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

Condições de participação de empresa estrangeira: Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.

Garantia de Execução: não será exigida garantia de execução, visto que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

Permite Participação de Consórcios e Sociedades Cooperativas: Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente não necessária a formação de consórcios. A ausência da previsão de consórcio neste TR não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas, enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de materiais e/ou equipamentos, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

Da validade da Ata de Registro de Preços: O artigo 12, caput, do Decreto Federal nº 7.892/2013 estipulou que a ata de registro de preços não poderá ter duração superior a doze meses, computadas as possíveis prorrogações, conforme estabelece a própria lei nº 8.666/1993. No entanto, o prazo de validade para Ata de Registro de Preços estabelecido para aquisição de equipamentos e materiais para estruturação de usinas de reciclagem, através desse processo administrativo, é de 06 (seis) meses. Esse fato se dá em razão da inflação no momento atual ser considerada alta, o que promove o aumento constante de preços licitados e inviabiliza a entrega de materiais em longos períodos.

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Art. 54 da Lei nº 13.303/2016.

Valor estimado: Público - Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 3.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer aos prazos usuais de mercado para cada item, contados a partir da data da entrega técnica dos equipamentos. Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, em razão de suas especificidades técnicas e/ou maior complexidade, devem ser observados os prazos estabelecidos no ANEXO III.

Responsável pelas informações:

Maria Marcella Medeiros Melo
Analista em Desenvolvimento Regional
6ª GRR/UMA

De acordo:

Edneuma de Souza Gonçalves
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 6ª GRR/UMA